

Síntese dos Indicadores Sociais **2005**

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Lúcio Gonçalo de Alcântara - Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)

Vicente Cavalcante Fialho - Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Marcos Costa Holanda - Diretor Geral

Pedro Jorge Ramos Vianna - Diretor de Estudos Setoriais

Antônio Lisboa Teles da Rosa - Diretor de Estudos Sociais

ELABORAÇÃO

Marcos Costa Holanda - Diretor Geral

Antônio Lisboa Teles da Rosa - Diretor de Estudos Sociais

André Oliveira Ferreira Loureiro - Analista de Políticas Públicas

Annuzia Maria P. Gosson - Analista de Políticas Públicas

Cláudio André Gondim Nogueira - Analista de Políticas Públicas

Keyla Christina Albuquerque Lacerda - Analista de Políticas Públicas

Victor Hugo de Oliveira Silva - Analista de Políticas Públicas

Virgínia Dantas Soares Teixeira - Técnica de Políticas Públicas

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End. Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N

Ed. SEPLAN - 2º andar

60839-900 - Fortaleza-CE

Telefones: (85) 3101-3521 / 3101-3496

Fax: (85) 3101-3500

www.ipece.ce.gov.br

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) possui, dentre outras atribuições, a competência de acompanhar o desenvolvimento social e propor políticas públicas que melhorem o nível de bem-estar da população cearense. A Síntese de Indicadores Sociais 2005 vem na perspectiva de contribuir para uma adequada análise das condições sociais em que se encontra a população do Estado, procurando enfatizar suas necessidades básicas e, principalmente, a concentração de renda e a pobreza.

Esse estudo utiliza informações coletadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir dessas informações foi possível evidenciar as principais transformações sócio-econômicas verificadas nos últimos anos em nível de Brasil, Nordeste e Ceará. Desta forma, identificou-se os principais indicadores que apontam uma melhora das condições sociais da população cearense, bem como aqueles que requerem atenção especial dos governantes e dos formadores de políticas públicas.

Portanto, mantendo-se o padrão de análise realizado para a Síntese de Indicadores Sociais 2004, o estudo está dividido em duas partes. Primeiramente, será apresentado um resumo dos indicadores de 2005, tecendo comparações entre Ceará, Nordeste e Brasil. O período foi escolhido de forma a permitir uma análise de longo (1992-2005), médio (2002-2005) e curto prazo (2004-2005). A segunda parte do estudo se destina a analisar de forma mais detalhada o comportamento dos indicadores ao longo do tempo. Os seguintes temas são contemplados no estudo: demografia, condição dos domicílios, saúde, educação de jovens e adultos, trabalho e rendimento e, por fim, a concentração de renda e a pobreza.

PARTE 1 – RESUMO DOS INDICADORES E CONCLUSÕES

De uma forma geral, os indicadores de saúde, educação e os demais aspectos sociais analisados neste estudo mostram que o Ceará continua reduzindo sistematicamente sua dívida social nos últimos anos.

O Ceará é um Estado relativamente pobre. Em face desta realidade, há muito a se fazer para que os seus indicadores sociais alcancem níveis desejáveis, conforme os padrões internacionais. Entretanto, nesta análise, sobressai um ponto muito importante, qual seja, em diversos casos, a performance do Estado foi superior às do Brasil e do Nordeste.

Desse modo, ao se tomar os indicadores do Brasil como referência, é possível construir uma medida sintética que evidencia se, em termos gerais, o Estado vem se aproximando, de fato, da média nacional ao longo do tempo.

Essa medida é construída a partir das relações entre os indicadores do Ceará e do Brasil. Mais especificamente, essas relações são construídas da seguinte forma:

(1) Indicador do tipo "quanto maior, melhor":

Relação = (Indicador do Ceará / Indicador do Brasil) x 100%

(2) Indicador do tipo "quanto menor, melhor":

Relação = (Indicador do Brasil / Indicador do Ceará) x 100%

Com isso, se o valor de uma relação for inferior a 100%, isto evidenciará que o indicador do Ceará é pior que o do Brasil; uma relação igual a 100% mostra que os indicadores são equivalentes; e, finalmente, se a relação for superior a 100%, isso sugere que o indicador do Ceará é melhor que a média nacional.

Portanto, a medida sintética proposta consiste na média das relações ora descritas para um determinado ano. Os resultados são apresentados graficamente por meio de um radar. Assim, dois tipos de informações podem ser obtidas: no mesmo ano, será possível identificar quais indicadores do Ceará são melhores ou piores que os do Brasil; e, ao longo do tempo, a análise da média das relações evidenciará se o Estado tem-se aproximado ou não da média nacional ao longo do tempo.

Os gráficos propostos são construídos a partir dos seguintes indicadores:

IND_01: Grau de urbanização (↑)

IND_02: Proporção de domicílios com abastecimento de água regular (↑)

IND_03: Prop. de domicílios com acesso à rede de coleta de esgotos (↑)

IND_04: Taxa de mortalidade infantil (↓)

IND_05: Esperança de vida ao nascer (↑)

IND_06: Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais) (↓)

IND_07: Porcentagem de analfabetismo funcional entre adultos (↓)

IND_08: Escolaridade média de adultos (em anos de estudo) (↑)

IND_09: Percentual da população adulta com pelo menos o 2º grau completo (↑)

IND_10: Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o 1º grau completo (↑)

IND_11: Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo (↑)

IND_12: Porcentagem da população ocupada sem rendimentos (↓)

IND_13: Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 salários mínimos (↑)

IND_14: Índice de Gini (↓)

IND_15: Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da pop. (↓)

IND_16: Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres (↑)

IND_17: Proporção da renda apropriada pelas pessoas 1% mais ricas (↓)

IND_18: Renda domiciliar *per capita* real (↑)

IND_19: Renda domiciliar *per capita* real dos 40% mais pobres (↑)

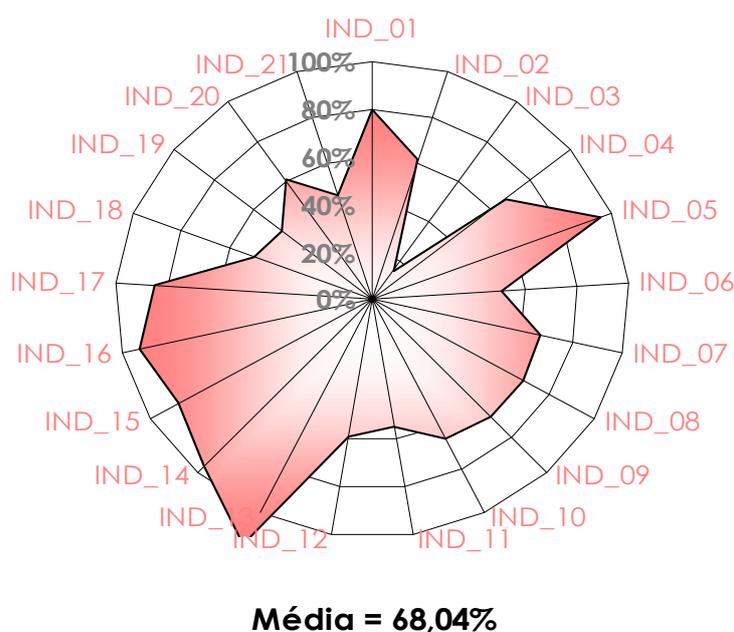
IND_20: Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza (↓)

IND_21: Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (↓)

Os indicadores vêm acompanhados por (↑) quando do tipo “quanto maior, melhor”, ou por (↓), quando do tipo “quanto menor, melhor”.

Em seguida, são apresentados os radares e a média das relações para os anos de 1992, 2004 e 2005.

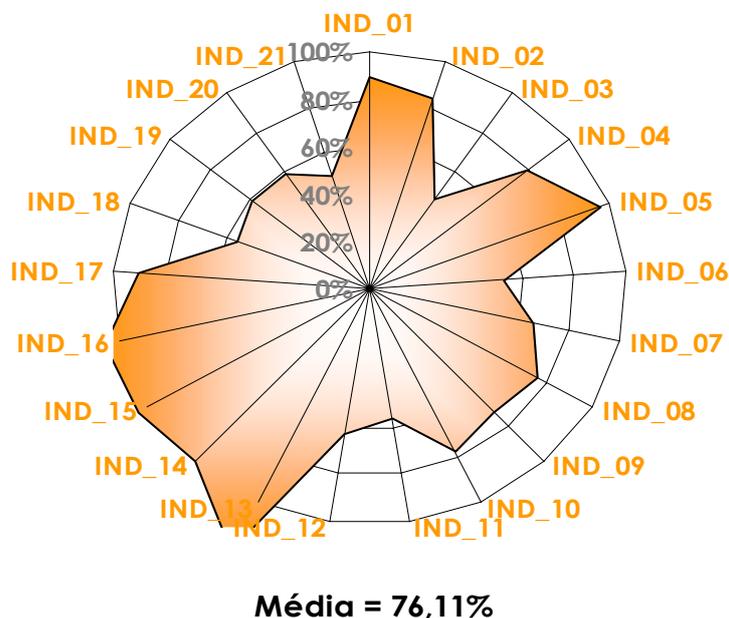
Figura 1: Radar dos Indicadores Sociais – 1992



Fonte: IBGE/PNAD

Conforme a Figura 1, em 1992, em termos gerais, a situação do Ceará representava, em média, 68,04% da situação brasileira. Da mesma forma, pode-se construir o radar para o ano de 2002. Onde se consta que a situação do Ceará representava, em média, 76,11% da situação brasileira (Figura 2).

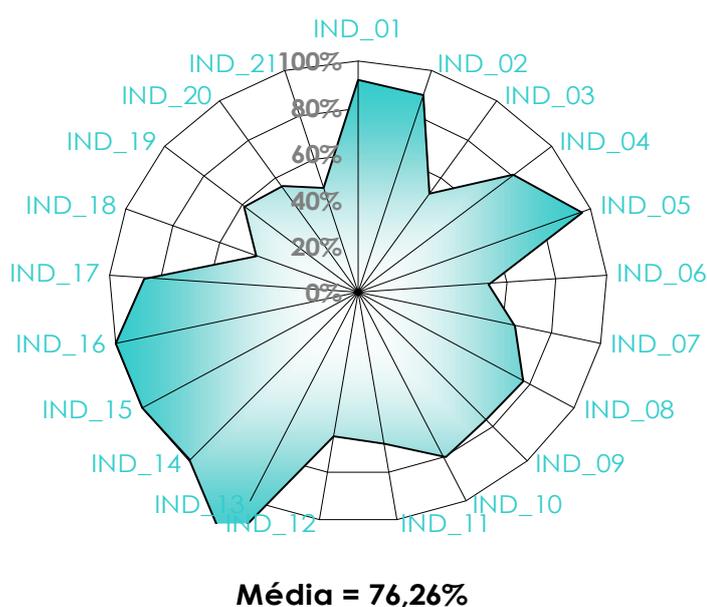
Figura 2: Radar dos Indicadores Sociais – 2002



Fonte: IBGE/PNAD

Já em 2004, o Ceará aproximou-se do padrão nacional, como ilustra a Figura 3. No caso, a média das relações foi igual 76,26%, valor superior ao de 1992.

Figura 3: Radar dos Indicadores Sociais – 2004

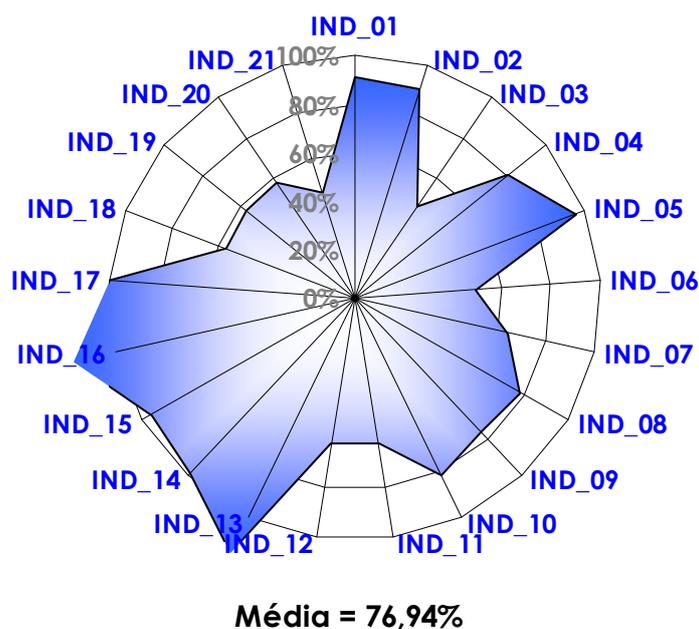


Fonte: IBGE/PNAD

Como se verifica em 2004, mais indicadores obtiveram relações iguais ou superiores a 100%. São eles: a porcentagem da população ocupada com rendimentos de até dois salários mínimos, a razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população e a proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres.

Em 2005 o Ceará aproximou-se do padrão nacional, conforme ilustra a Figura 4. Neste caso, a média das relações foi igual 76,94% - valor superior ao de 2004.

Figura 4: Radar dos Indicadores Sociais – 2005



Fonte: IBGE/PNAD

Finalmente, como observado, esse avanço também se deu em períodos recentes no Estado do Ceará, uma vez que a média das relações para 2002 foi igual a 76,11%, e, em 2003, foi igual a 76,51%, ou seja, essa média também vem apresentando um crescimento contínuo entre 2002 e 2005,

onde se verifica uma melhora da situação cearense em relação aos padrões nacionais.

De forma mais específica, a análise dos 21 indicadores contemplados nesse estudo fornece os seguintes indícios:

- O Ceará, em 2005, apresentou posição (valor absoluto) melhor que o Nordeste em 11 indicadores e melhor que o Brasil e o Nordeste em 2.
- No período de 2004 a 2005 o Ceará teve melhor performance (variação percentual) do que o Brasil e o Nordeste em 5 indicadores, e melhor que o Brasil em 2.
- No período de 2002 a 2005 o Ceará teve melhor performance (variação percentual) do que o Brasil e o Nordeste em 8 indicadores, melhor que o Brasil em 2 e melhor que o Nordeste em 1.
- No período de 1992 a 2005 o Ceará teve melhor performance (variação percentual) do que o Brasil e o Nordeste em 16 indicadores, melhor que o Brasil em 1 e melhor que o Nordeste em 4.

Assim, tanto se for considerado o longo como o curto-prazo, é possível constatar que o Estado apresenta, em termos gerais, um nível social melhor que o Nordeste, e vem avançando no sentido de reduzir as disparidades em relação ao Brasil.

Os valores dos indicadores e suas performances em diferentes períodos, que possibilitaram a obtenção dessas conclusões e que, também, foram usados na elaboração das figuras (radares) analisadas anteriormente, são apresentados em uma série de quadros resumo, a seguir.

Quadro Resumo dos Indicadores Sociais nº 1

Valores de 2005

Indicadores		Valores em 2005		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	75,69	70,75	82,82
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água regular (%)	73,96	73,87	82,32
3	Proporção de Domicílios c/ acesso a rede de coleta de esgotos (%)	21,82	26,95	48,24
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos - ano de 2004)*	33,20	39,50	26,60
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos - ano de 2004)*	69,20	68,60	71,70
6	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	22,60	21,90	11,10
7	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos	44,72	44,80	28,73
8	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	5,05	5,04	6,51
9	Percentual da população adulta com pelo menos o 2º grau completo	22,82	22,54	30,37
10	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o 1º grau completo	39,58	36,90	48,74
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	5,08	4,64	8,35
12	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	18,97	19,71	11,52
13	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 s.m.	68,66	67,23	59,06
14	Índice de Gini	0,578	0,570	0,567
15	Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população	20,07	19,04	19,31
16	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	15,21	14,88	12,91
17	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	14,21	14,63	14,16
18	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)**	245,49	247,88	435,61
19	Renda domiciliar <i>per capita</i> real dos 40% mais pobres (R\$)**	58,29	61,02	101,78
20	Proporção de pessoas pobres	54,05	53,75	30,92
21	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (indigentes)	26,11	24,67	11,69

Fonte: IBGE/PNAD

Nota: **Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e Nordeste.**

Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste.

Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil.

* Indicadores ainda não disponíveis para o ano de 2005.

** Valores corrigidos pelo INPC de setembro de 2005.

Quadro Resumo dos Indicadores Sociais nº 2

Variação percentual de 2004-2005

Indicadores		Variação em 2004/2005		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	-1,06	-1,05	-0,22
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água regular (%)	-0,30	1,00	0,11
3	Proporção de Domicílios c/ acesso a rede de coleta de esgotos (%)	-12,02	-2,00	0,50
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos variação de 2002 para 2004)	-5,41	-4,59	-4,32
5	Esperança de Vida ao Nascer (variação em anos de 2003 para 2004)	1,91	1,94	2,43
6	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	3,67	-2,23	-2,63
7	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos	-2,10	-2,40	-3,14
8	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	2,23	2,44	1,88
9	Percentual da população adulta com pelo menos o 2º grau completo	3,30	4,26	3,51
10	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o 1º grau completo	3,61	3,07	1,97
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	-5,93	-1,28	3,09
12	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	6,57	2,12	2,86
13	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 s.m.	-0,06	2,17	5,28
14	Índice de Gini	0,70	-2,06	-0,53
15	Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população	4,42	-6,44	0,31
16	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	4,25	5,68	-11,70
17	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	-5,24	-6,20	9,79
18	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)*	7,61	5,13	6,07
19	Renda domiciliar <i>per capita</i> real dos 40% mais pobres (R\$)*	2,72	9,16	5,78
20	Proporção de pessoas pobres	-2,61	-0,06	0,82
21	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (indigentes)	5,07	0,20	0,52

Fonte: IBGE/ PNAD

Nota: **Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e Nordeste.**

Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste.

Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil.

Quadro Resumo dos Indicadores Sociais nº 3

Variação percentual de 2002-2005

Indicadores		Variação em 2002/2005		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	0,79	0,35	-1,52
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água regular (%)	8,13	4,63	0,39
3	Proporção de Domicílios c/ acesso a rede de coleta de esgotos (%)	4,90	11,36	3,97
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos - variação de 2002 para 2004)	-5,41	-4,59	-4,32
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos - variação de 2002 para 2004)	3,44	3,31	3,91
6	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	0,00	-10,25	-5,93
7	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos	-7,03	-8,57	-8,79
8	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	9,78	9,57	6,72
9	Percentual da população adulta com pelo menos o 2º grau completo	18,85	13,84	12,90
10	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o 1º grau completo	16,41	16,77	10,27
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	18,14	10,48	8,44
12	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	1,44	0,05	-1,54
13	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 s.m.	4,51	4,56	10,81
14	Índice de Gini	-2,03	-3,39	-3,90
15	Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população	-4,88	-11,85	-11,83
16	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	10,22	9,41	-1,45
17	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	-3,99	-10,25	5,67
18	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)*	-11,55	-11,79	-14,35
19	Renda domiciliar <i>per capita</i> real dos 40% mais pobres (R\$)*	-9,64	-4,96	-6,35
20	Proporção de pessoas pobres	-3,83	-4,87	-5,15
21	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (indigentes)	-0,72	-7,95	-10,76

Fonte: IBGE/ PNAD

Nota: **Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e Nordeste.**

Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste.

Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil.

Quadro Resumo dos Indicadores Sociais nº 4

Variação percentual de 1992-2005

Indicadores		Variação em 1992/2005		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	21,10	15,60	6,18
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água regular (%)	63,99	33,82	11,85
3	Proporção de Domicílios c/ acesso a rede de coleta de esgotos (%)	304,07	107,31	24,01
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos - variação de 1992 a 2004)	-48,21	-42,25	-38,14
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos - variação de 1992 a 2004)	8,63	8,72	8,14
6	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	-34,30	-33,03	-35,47
7	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos	-28,10	-26,68	-31,60
8	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	48,53	44,00	30,20
9	Percentual da população adulta com pelo menos o 2º grau completo	81,11	68,21	64,16
10	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o 1º grau completo	101,94	80,00	63,56
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	58,75	45,00	41,53
12	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	-29,22	-16,48	-27,09
13	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 s.m.	12,74	12,05	11,43
14	Índice de Gini	-3,67	-3,39	-2,24
15	Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população	-18,41	-15,00	-9,77
16	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	23,66	13,59	-2,20
17	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	-8,32	0,21	8,09
18	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)*	-4,26	-11,33	-15,79
19	Renda domiciliar <i>per capita</i> real dos 40% mais pobres (R\$)*	15,88	2,67	-7,73
20	Proporção de pessoas pobres	-23,44	-20,72	-27,76
21	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (indigentes)	-42,23	-38,94	-43,53

Fonte: IBGE/ PNAD

Nota: **Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e Nordeste.**

Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste.

Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil.

PARTE 2 – ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES

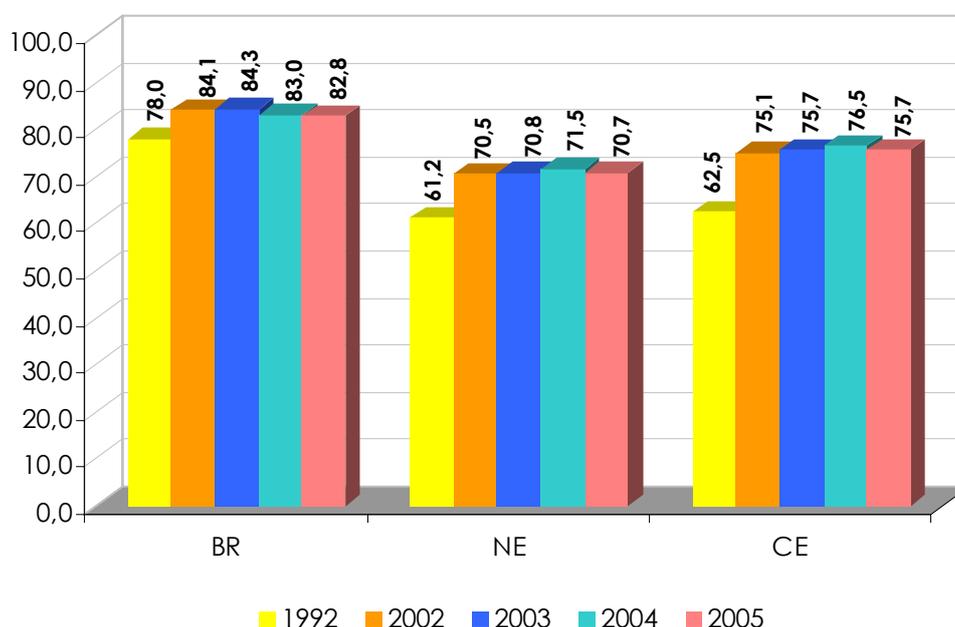
1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

O grau de urbanização é um dos indicadores mais importantes na análise dos aspectos demográficos de um estado ou região, pois quando ele cresce ao longo do tempo trás consigo efeitos desejáveis. Dentre eles, podem ser mencionadas as chamadas “economias de aglomeração” - à medida em que as cidades crescem, novos serviços e o comércio tendem a se expandir, e passam a existir ganhos de escala na prestação de certos serviços públicos (saúde, abastecimento de água, coleta de lixo, etc). Por outro lado, pode haver efeitos indesejáveis, destacando-se a maior concentração da população em regiões metropolitanas, com o conseqüente aumento da demanda por serviços públicos e da pressão sobre o mercado de trabalho. Mas, de uma maneira geral, os efeitos desejáveis tendem a superar os indesejáveis.

No caso do Ceará, percebe-se que o Estado vem seguindo um padrão verificado em praticamente todos os países desenvolvidos ou em desenvolvimento, que consiste no aumento do referido indicador ao longo do tempo, uma vez que as atividades urbanas, como os serviços, têm atraído boa parte da população de diversas áreas.

O Gráfico 1 apresenta o grau de urbanização para o Brasil, Nordeste e Ceará no ano de 1992 e no período de 2002 a 2005.

Gráfico 1: Grau de urbanização (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD

No Gráfico 1 observa-se que o grau de urbanização no Ceará, em 1992, já era ligeiramente maior que o da Região Nordeste, mas bastante inferior à média brasileira. Ao longo do período analisado percebe-se que o Ceará urbanizou-se mais intensamente que o Brasil e o Nordeste, em termos proporcionais, tanto que, em 2005, seu grau de urbanização já era significativamente superior ao do Nordeste e estava relativamente mais próximo da média brasileira.

Ademais, no período entre 2002 e 2005, é possível verificar uma ligeira tendência de expansão do indicador, apesar da redução ocorrida entre 2004 e 2005.

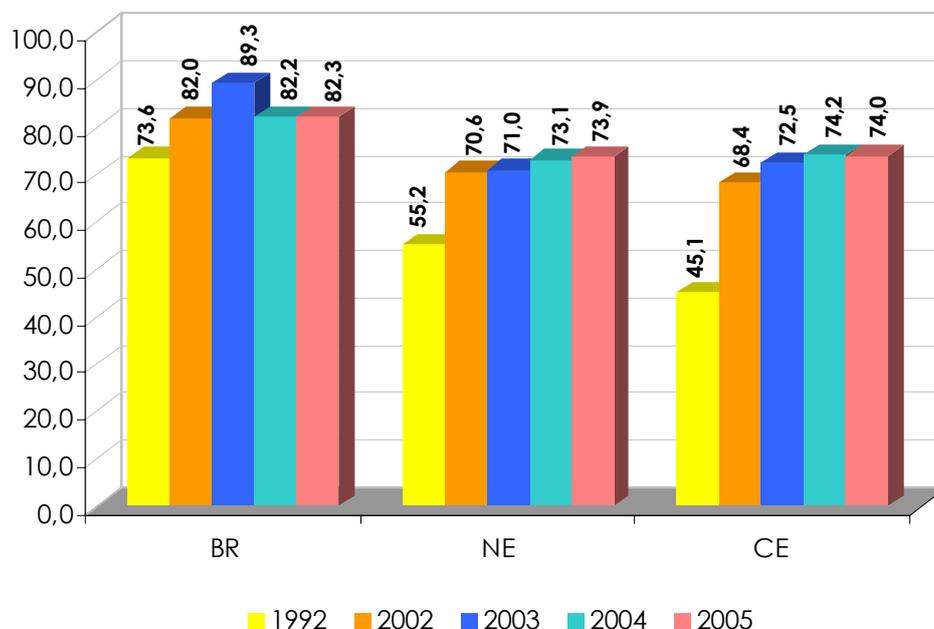
2 CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS

No que diz respeito às condições dos domicílios, um dos primeiros indicadores a ser analisado é a proporção de domicílios com

abastecimento de água regular. Sua importância reside no fato de que o acesso à água de qualidade tem um efeito significativo sobre a redução das doenças de veiculação hídrica e, também, da diarreia e da mortalidade infantil.

O Gráfico 2 mostra que, de modo geral, a proporção de domicílios com abastecimento de água elevou-se durante o período de 1992 a 2005 no Brasil, Nordeste e Ceará.

Gráfico 2: Proporção de domicílios com abastecimento de água regular (em %) – Ceará, Nordeste e Brasil – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD.

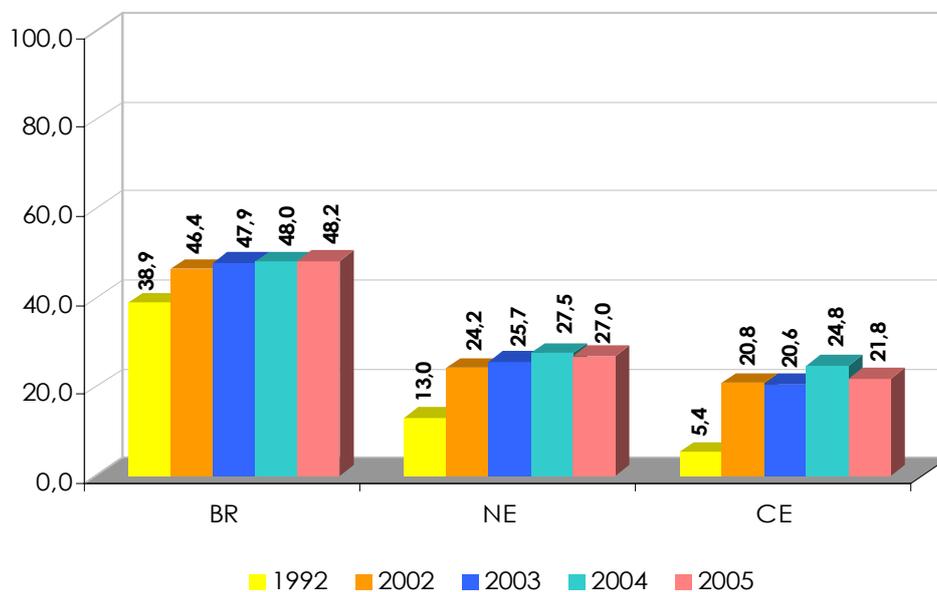
A maior elevação na proporção de domicílios com abastecimento de água foi observada no Ceará, que aumentou de 45,1% em 1992, para 74,0% dos domicílios em 2005. Com isso, o Estado, que se encontrava em patamares inferiores aos do Nordeste e do Brasil, em 1992, foi capaz de igualar-se à média nordestina e aproximar-se ainda mais da média brasileira durante o período.

Entre 2002 e 2005, percebe-se ainda uma tendência consistente de crescimento do indicador, apesar de seu ligeiro decréscimo entre 2004 e 2005, fato este que pode ser explicado, em parte, pelas oscilações que a PNAD pode sofrer devido à metodologia amostral de coleta dos dados da pesquisa.

Outro indicador relevante, que reflete a melhoria nas condições de vida da população, é a proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto, por possibilitar-lhes não entrar em contato com a água servida e, portanto, reduzir o risco de ocorrência de doenças, como a leptospirose, por exemplo.

O Gráfico 3 apresenta os valores desse indicador para o Ceará, Nordeste e Brasil no ano de 1992 e no período de 2002 a 2005.

Gráfico 3: Proporção de domicílios com acesso a rede de coleta de esgotos (em %) – Ceará, Nordeste e Brasil – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD

Através do Gráfico 3 constata-se que o Ceará vem demonstrando significativa evolução na proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto no período de 1992 a 2005.

Em termos comparativos, em 1992 o Ceará apresentava uma proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto muito inferior à do Nordeste e do Brasil, com apenas 5,4% dos seus domicílios tendo acesso a esse serviço, contra 13,0% no Nordeste e 38,9% no Brasil.

Entretanto, ao longo do período considerado, esta discrepância diminuiu e o Ceará atingiu uma proporção mais próxima do Nordeste e obteve um crescimento mais intenso que a média brasileira, apesar do decréscimo do indicador em 2005.

Contudo, vale salientar que, apesar dos avanços registrados, a proporção de domicílios com esgoto é ainda relativamente pequena no Ceará e, portanto, faz-se necessária a continuidade e/ou o aprofundamento das políticas de expansão da rede de coleta de esgotos no Estado.

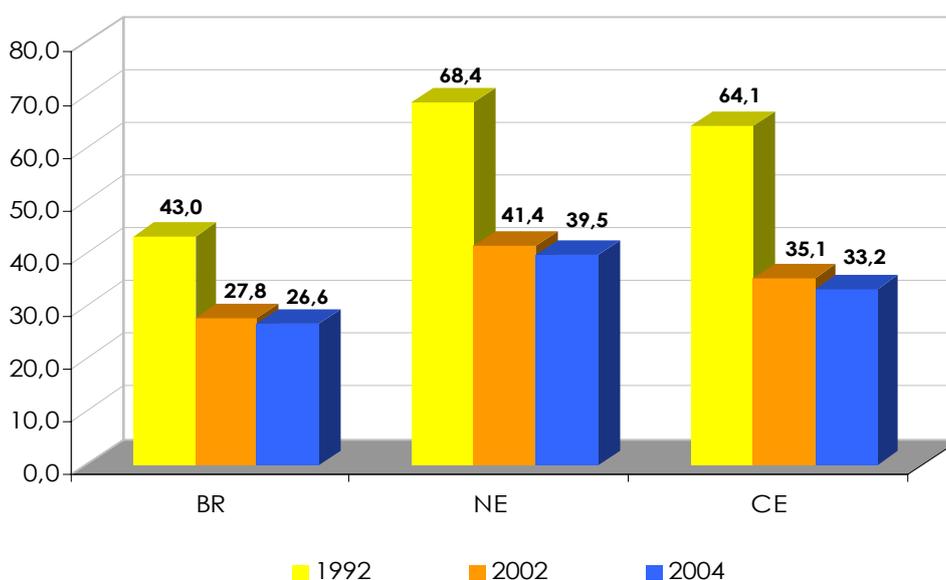
3 SAÚDE

A saúde é um dos bens mais preciosos que o ser humano possui e constitui condição indispensável para desenvolver todas as suas potencialidades. Desta forma, fica evidente a necessidade de se analisar alguns dos principais indicadores desta dimensão.

Historicamente, a taxa de mortalidade infantil tem sido utilizada como um dos principais indicadores para analisar as condições de saúde e de vida da população. Tem sido, também, importante para direcionar e redirecionar as ações e políticas públicas voltadas para o setor de saúde. No Gráfico 4 consta a evolução desse indicador para o Brasil, Nordeste e

Ceará, salientando que os dados para o ano de 2005 ainda não foram disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Gráfico 4: Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos) – Ceará, Nordeste e Brasil – 1992, 2002 e 2004



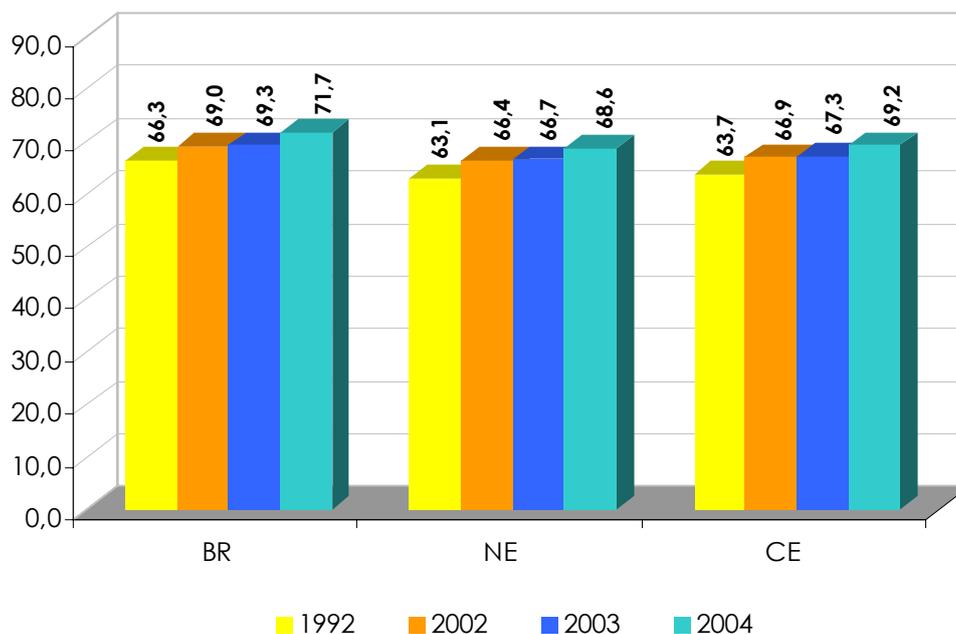
Fonte: IBGE

Percebe-se, inicialmente, que a taxa de mortalidade infantil reduziu-se em todas as áreas espaciais analisadas. Todavia, a maior redução observada ocorreu no Estado do Ceará entre os anos de 1992 e 2004, sendo esta de 48,2%. Já as taxas brasileira e nordestina caíram, respectivamente, 38,1% e 42,2%, no mesmo período.

Verifica-se, ainda, que a taxa de mortalidade infantil continua apresentando tendência de queda entre 2002 e 2004, mas no Ceará sua redução proporcional foi de 5,4%, em comparação à do Brasil e do Nordeste (redução de 4,3% e 4,6%, respectivamente).

No período considerado, a redução da taxa de mortalidade infantil foi acompanhada pelo acréscimo na esperança de vida ao nascer das populações do Brasil, Nordeste e Ceará, conforme ilustra o Gráfico 5.

Gráfico 5: Esperança de vida ao nascer – Ceará, Nordeste e Brasil 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE

A esperança de vida ao nascer é, também, um indicador muito importante na mensuração da qualidade de vida das pessoas e sintetiza os efeitos de uma série de melhorias e avanços nas condições de saúde existentes, tanto preventivas como curativas.

Segundo se constata, no período entre 1992 e 2004, as pessoas nascidas no Ceará e no Nordeste aumentaram sua expectativa de vida 5,5 anos em média, enquanto no Brasil este ganho foi de 5,4 anos. Em termos relativos, o Ceará manteve seu indicador acima do nível do Nordeste e aproximou-se um pouco mais da média brasileira ao longo do período.

4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Considerando-se o ano de 1992 e o período entre 2002 e 2005, tem-se que o Estado do Ceará apresentou uma série de avanços no quesito educação de jovens e adultos, como pode ser observado através da análise de alguns indicadores educacionais extraídos dos dados da PNAD.

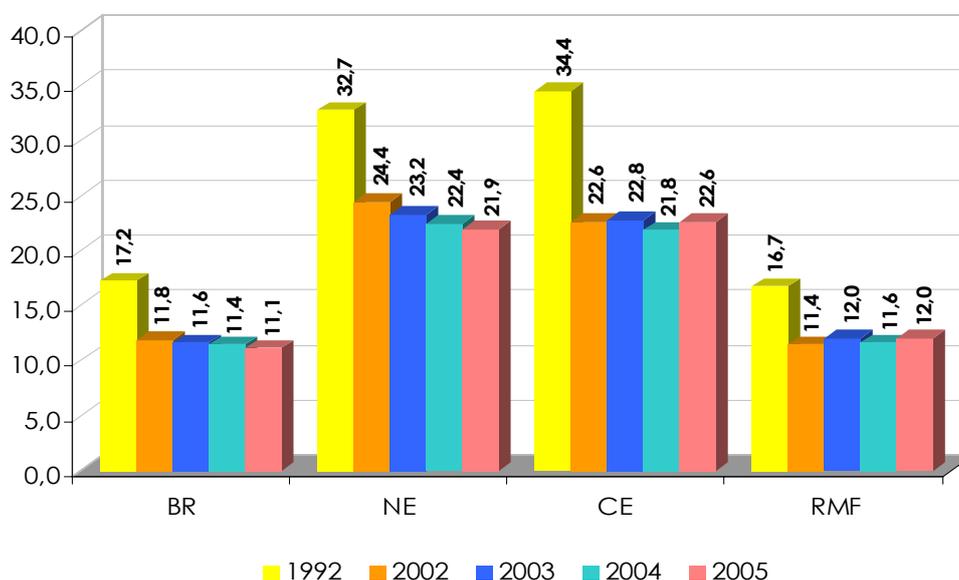
Um dos principais indicadores educacionais levados em consideração é a taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais de idade, pois, saber ler e escrever é o pré-requisito mínimo exigido para um indivíduo poder exercer seus direitos e deveres como cidadão. Assim, a redução da taxa de analfabetismo ao longo do tempo deve representar um avanço em termos de inclusão social para uma sociedade.

Conforme indica o Gráfico 6, a taxa de analfabetismo vem evidenciando uma tendência de queda, no período considerado, no Brasil, Nordeste, Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

Já em termos proporcionais, a taxa do Ceará reduziu-se de forma compatível com o padrão nacional e nordestino, muito embora, no período de 2002 a 2005, tenha apresentado certa estabilidade, ao passo que as taxas do Brasil e do Nordeste têm apresentado uma ligeira tendência de queda.

Portanto, esforços adicionais devem ser efetuados para que o Estado possa convergir de forma mais intensa para o padrão nacional, uma vez que já apresenta uma taxa de analfabetismo compatível com a taxa nordestina.

Gráfico 6: Taxa de analfabetismo – pessoas com 15 anos ou mais – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF (em %) – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005

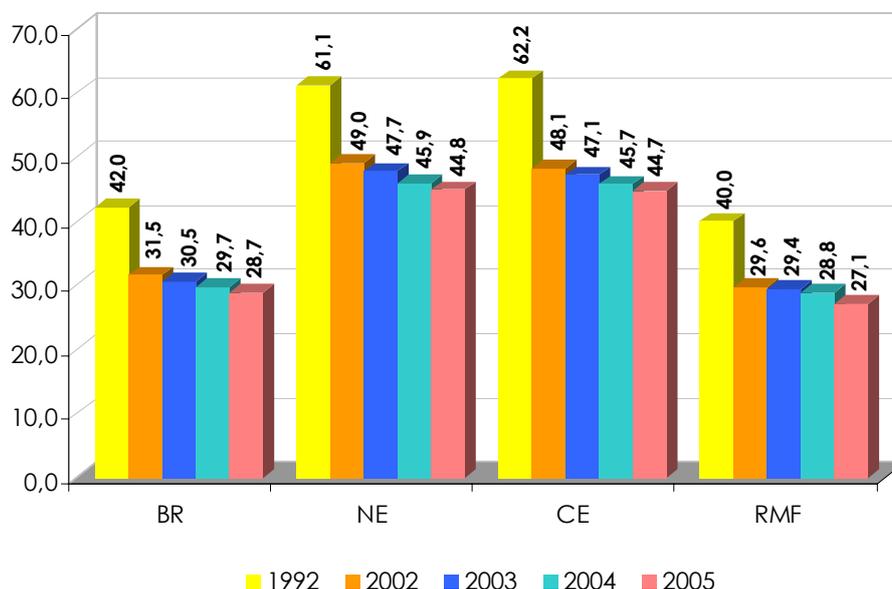


Fonte: IBGE/PNAD

Um outro indicador representativo da evolução educacional é o percentual de analfabetos funcionais adultos (pessoas com 25 anos ou mais que possuem menos de 4 anos de estudo), pois possuir esta característica no contexto atual, em que a economia brasileira, e também a cearense, inserem-se de forma crescente na economia mundial, significa basicamente ficar relegado ao exercício de funções que agregam pouco valor e que, conseqüentemente, são mal remuneradas, além de ter reduzidas suas oportunidades de trabalho.

O Gráfico 7 apresenta o percentual de analfabetos funcionais entre adultos para o Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.

Gráfico 7: Percentual de analfabetismo funcional entre adultos – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD

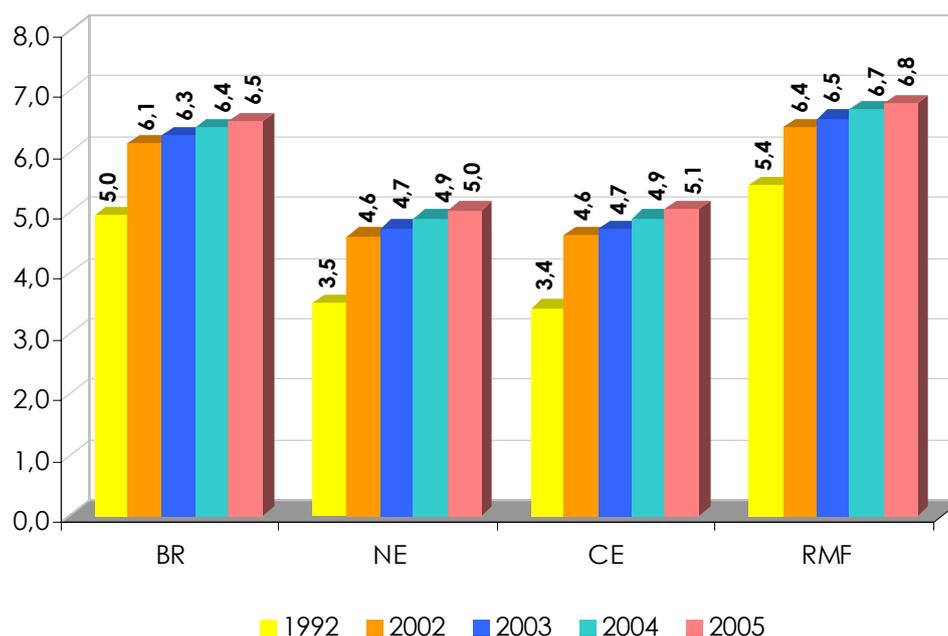
Conforme o Gráfico 7, o percentual de analfabetos funcionais adultos no Ceará, em 1992, era de 62,2%, enquanto que no Nordeste e no Brasil esses percentuais eram de 61,1% e 42,0%, respectivamente. Mas, ao longo do período de 1992 a 2005, o Estado conseguiu reduzir significativamente este indicador, tanto que, em 2005, atingiu o patamar de 44,7%, valor este bastante compatível com o valor do indicador para o Nordeste.

Tomando-se um período de tempo mais curto, entre 2002 e 2005, verifica-se que o Ceará e a RMF ainda apresentam uma tendência clara de redução do indicador, acompanhando o padrão verificado tanto no Brasil como no Nordeste.

Entretanto, há que se considerar que essas taxas ainda são extremamente elevadas e, portanto, o governo, em suas várias esferas, deve aumentar os seus esforços no que diz respeito à educação de adultos, principalmente para incrementar a sua inserção no mercado de trabalho.

Outro indicador educacional analisado é a escolaridade média dos adultos, ou seja, a média de anos de estudo desta população. No Ceará, este indicador vem mostrando avanços significativos, como pode ser visto no gráfico a seguir.

Gráfico 8: Escolaridade média de adultos (em anos de estudo) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD

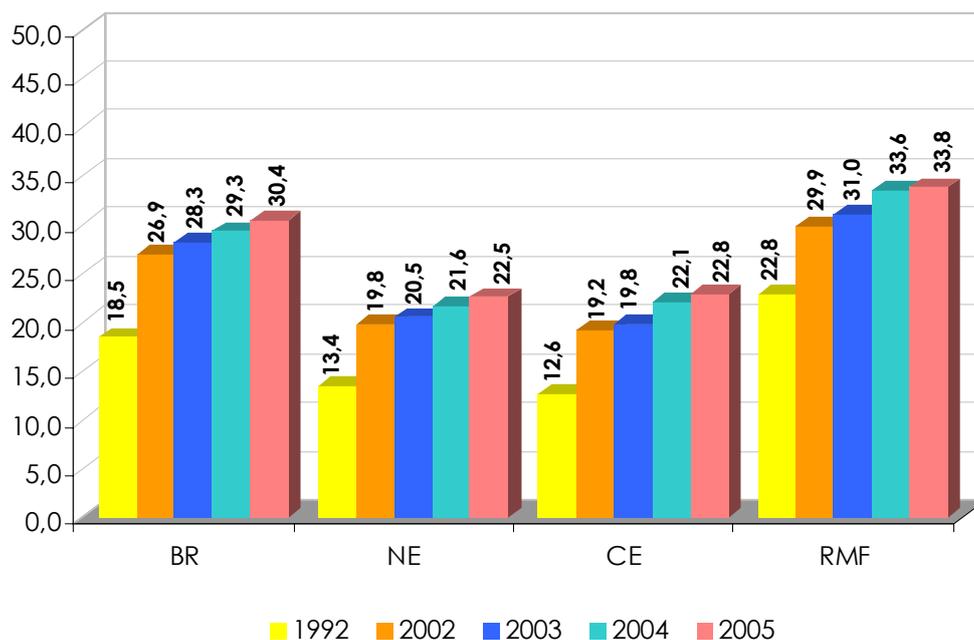
No período entre 1992 e 2005, a escolaridade média de adultos no Ceará evoluiu cerca de 50%, que é o melhor desempenho observado entre as quatro áreas analisadas. Com isto, verifica-se que o Estado aproximou-se mais em termos relativos da média brasileira durante este período.

Ademais, considerando-se um período de tempo mais curto, entre 2002 e 2005, o Ceará apresentou uma tendência consistente de crescimento do indicador em questão, com um crescimento acumulado de 10,9%, passando de uma média de 4,6 para 5,1 anos de estudo.

Contudo, apesar das melhorias ocorridas, a escolaridade média do Ceará (e a do Brasil) ainda é muito baixa se comparada ao padrão dos países mais desenvolvidos. Portanto, para que o Estado ganhe cada vez mais competitividade, faz-se necessário aprofundar ainda mais as políticas educacionais, estimulando a demanda e a qualidade do ensino.

Como mostram os dados sintetizados pelo Gráfico 9, no período de 1992 a 2005 o aumento da escolaridade média no Ceará foi acompanhado pelo incremento no percentual de adultos com pelo menos o 2º grau completo.

Gráfico 9: Percentual da população adulta com pelo menos o 2º grau completo – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD

O Ceará conseguiu elevar esse indicador em cerca de 81% durante o período, passando de uma proporção de 12,6% de pessoas com pelo menos o 2º Grau completo, em 1992, para 22,8% em 2005.

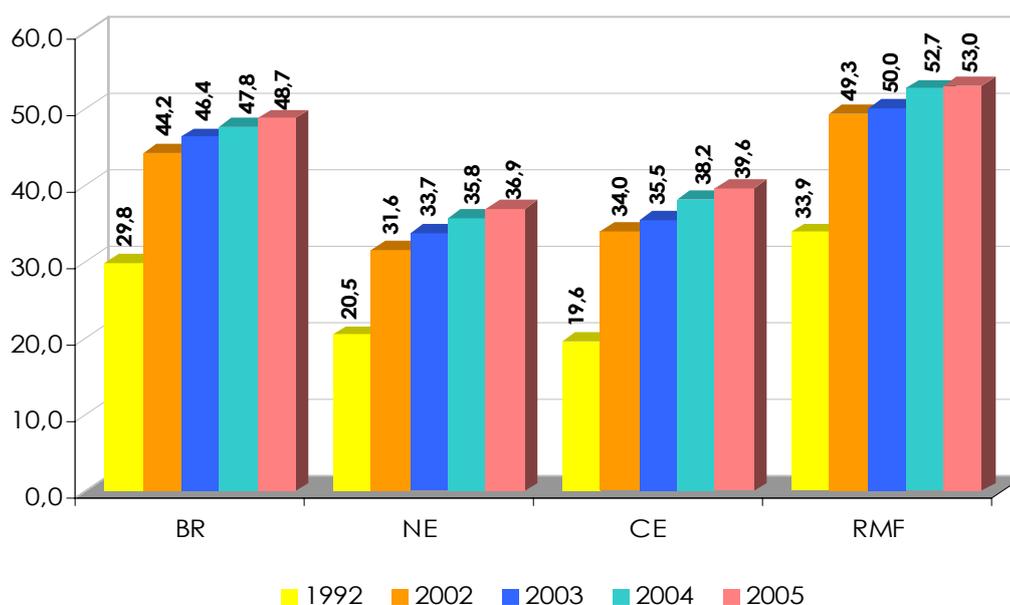
Além disto, entre 2002 e 2005, este percentual cresceu consistentemente, com um aumento proporcional de aproximadamente 18,8%, um

desempenho melhor que o verificado no Nordeste e no Brasil, os quais tiveram crescimentos de 13,6% e 13,0%, respectivamente. Com isso, o Ceará foi capaz de superar o Nordeste e aproximar-se ainda mais da média brasileira, em 2005.

Outro indicador educacional que também pode ser relacionado à escolaridade média é o percentual da população de 15 anos ou mais com pelo menos o 1º grau completo, consoante é apresentado no gráfico a seguir.

Com base no Gráfico 10, é possível constatar que, no período entre 1992 e 2005, o Ceará conseguiu elevar o percentual de adultos com pelo menos o 1º grau completo em mais de 100%. Entre 2002 e 2005, o mencionado percentual também cresceu de forma consistente, atingindo o patamar de 39,6%, em 2005, contra 34,0%, em 2002.

Gráfico 10: Percentual da população – 15 anos ou mais – com pelo menos o 1º grau completo – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



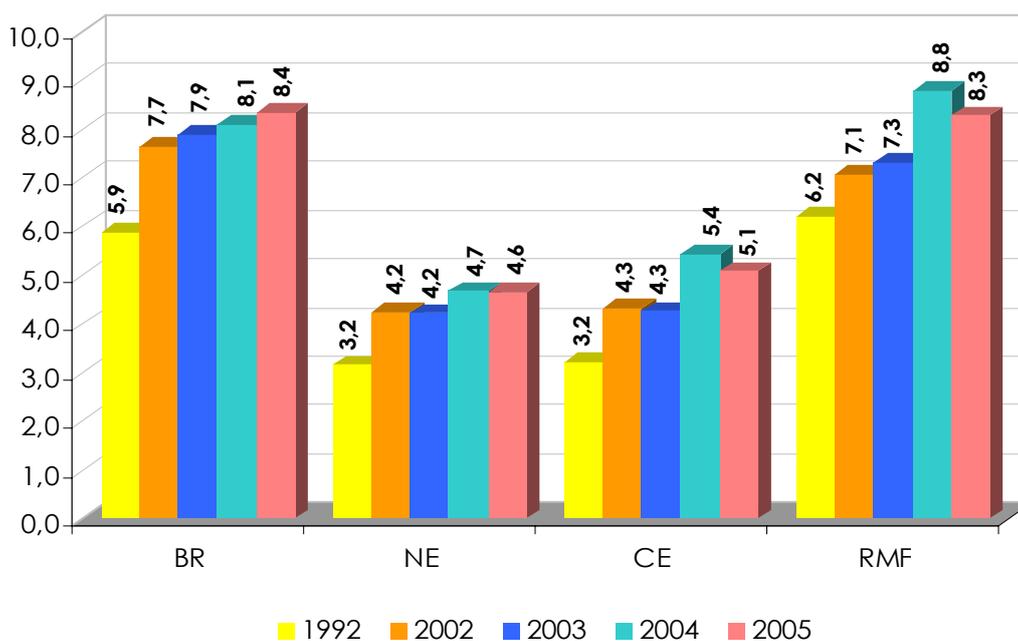
Fonte: IBGE/PNAD

Finalmente, outro indicador de educação a ser apresentado é o percentual da população – 25 anos ou mais – com nível superior completo para o Brasil, Nordeste, Ceará e RMF (Gráfico 11).

O percentual da população – 25 anos ou mais – com nível superior completo no Estado do Ceará vem alcançando expressivos avanços, apesar do decréscimo desse indicador em 2005. Assim, no período entre 1992 e 2005, houve crescimento de 3,2% para 5,1%, o que representa um aumento proporcional da ordem de 60%.

Já entre 2002 e 2005, o Ceará conseguiu elevar este indicador em termos proporcionais em torno de 19%, enquanto o Nordeste e o Brasil mostraram resultados mais modestos (com elevações de 9,5% e 9,1%, respectivamente).

Gráfico 11: Percentual da população – 25 anos ou mais – com nível superior completo – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD

Entre 2004 e 2005 observa-se uma pequena redução no percentual da população adulta com nível superior completo. Tal fato pode ser explicado, em parte, por uma possível migração de mão-de-obra qualificada nesse período para outros Estados brasileiros, visto que o mesmo indicador se elevou em nível de Brasil.

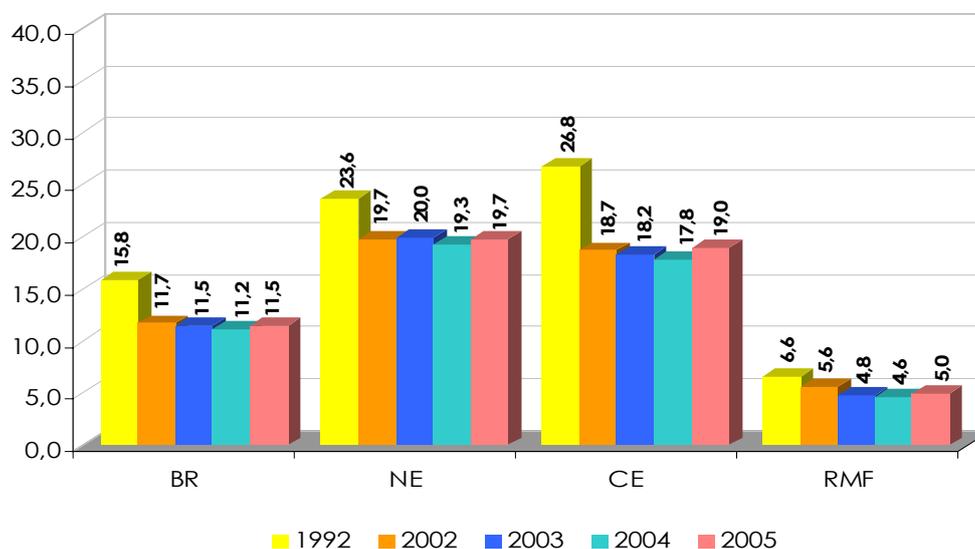
Portanto, com base nas informações constantes desta seção, é possível concluir que os indicadores educacionais do Ceará vêm evoluindo de forma bastante expressiva no período entre 1992 e 2005, apesar de algumas involuções identificadas em 2005. Ademais, as evoluções verificadas são muitas vezes superiores às ocorridas no Nordeste ou no Brasil. Com isso, ao longo do tempo, pode-se concluir que o padrão educacional dos cearenses vem tendendo a convergir para a média nacional.

As implicações desse fato são inúmeras, pois, com a evolução das condições educacionais, passa a haver mais espaço para maior promoção da inclusão social, para o incremento das oportunidades e rendimentos dos indivíduos no mercado de trabalho, e para a redução da concentração de renda.

5 TRABALHO E RENDIMENTO

Com respeito ao quesito trabalho e rendimento, um dos indicadores observados foi o percentual da população ocupada sem rendimentos para o Brasil, Nordeste, Ceará e RMF no período de 1992 a 2005.

Gráfico 12: Percentual da população ocupada sem rendimento – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD

A evolução deste indicador é apresentada no Gráfico 12 e na Tabela 1, onde este demonstra uma tendência de redução contínua dos níveis espaciais analisados entre os anos de 1992 e 2005. Essa tendência de longo prazo se mantém, pois o percentual de pessoas ocupadas sem rendimento se reduz proporcionalmente em 29,2%, entre os anos de 1992 e 2005. Verifica-se, ainda, que o Ceará sofreu uma redução de aproximadamente 6,5% no total de pessoas ocupadas sem rendimento no mesmo período.

Contudo, esse indicador sofreu uma elevação no curto prazo entre os anos de 2004 e 2005, considerando Brasil, Nordeste, Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza. Em relação ao Ceará, a variação proporcional nesse índice foi de 6,5%.

Da mesma forma, na RMF, a população ocupada sem rendimentos decresceu entre 1992 e 2005, onde a redução proporcional foi de 24,7%. Contudo, o comportamento no curto prazo (entre 2004 e 2005) seguiu a

tendência regional, onde se verificou um aumento proporcional de 8,0%, no respectivo indicador.

Tabela 1: Participação nas classes de rendimento da população ocupada – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005

Classes de Rendimento	Período de Análise				
	1992	2002	2003	2004	2005
Brasil					
	Valor Percentual				
Até 2 s.m.	53,04	53,34	53,74	56,12	59,06
De 2 a 10 s.m.	26,44	29,50	29,25	27,53	25,28
Acima de 10 s.m.	3,17	4,20	4,15	3,69	3,00
Sem rendimento	15,85	11,70	11,52	11,16	11,52
Sem declaração	1,51	1,25	1,35	1,50	1,14
Nordeste					
	Valor Percentual				
Até 2 s.m.	60,04	64,30	64,36	65,83	67,23
De 2 a 10 s.m.	12,02	13,30	13,03	12,16	11,05
Acima de 10 s.m.	1,29	1,75	1,70	1,68	1,34
Sem rendimento	23,60	19,74	19,98	19,25	19,71
Sem declaração	3,06	0,91	0,92	1,08	0,68
Ceará					
	Valor Percentual				
Até 2 s.m.	60,85	65,69	67,32	68,72	68,66
De 2 a 10 s.m.	10,28	12,89	12,29	11,22	9,97
Acima de 10 s.m.	1,17	1,62	1,46	1,41	1,19
Sem rendimento	26,85	18,68	18,24	17,81	18,97
Sem declaração	0,85	1,11	0,70	0,85	1,21
RM de Fortaleza					
	Valor Percentual				
Até 2 s.m.	69,28	67,19	69,40	71,69	73,36
De 2 a 10 s.m.	20,94	23,07	22,21	19,75	18,28
Acima de 10 s.m.	2,69	3,41	3,06	3,03	2,33
Sem rendimento	6,63	5,62	4,78	4,62	4,99
Sem declaração	0,46	0,70	0,56	0,91	1,04

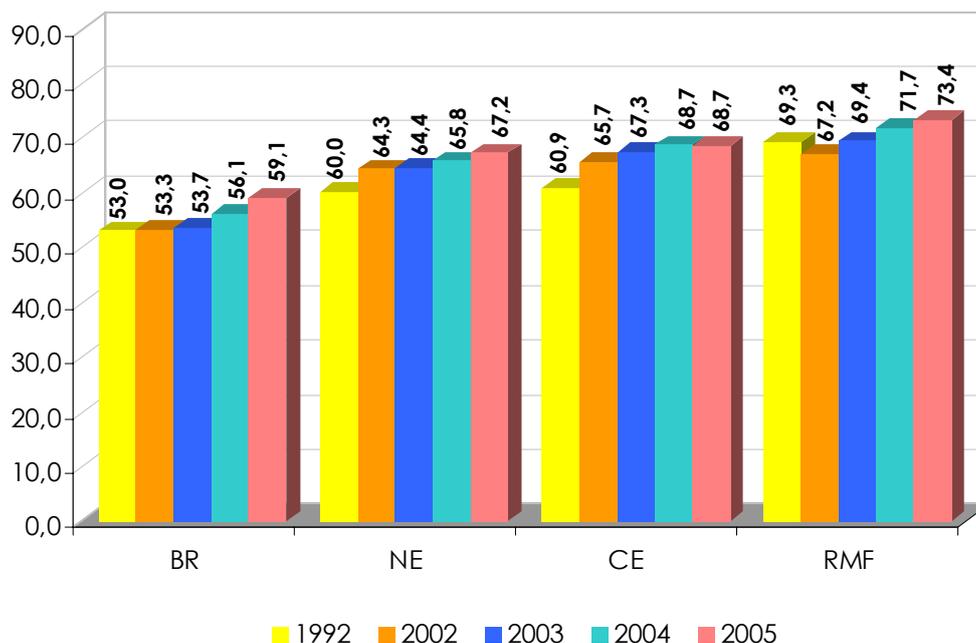
Fonte: IBGE/PNAD

Outra tendência observada entre os níveis espaciais analisados foi a elevação no percentual da população ocupada com rendimentos até dois salários mínimos, no período de 1992 a 2005.

A evolução deste indicador é apresentada no Gráfico 13, onde se observa que em 2005 aproximadamente 67,2% da população nordestina ocupada possuía rendimentos até dois salários mínimos. Em relação ao Ceará, esta participação cresceu de 60,9%, em 1992, para 68,7% em 2005.

Nesse mesmo período, esse indicador passou de 69,3% para 73,4%, ao considerar a Região Metropolitana de Fortaleza.

Gráfico 13: Percentual da população ocupada com rendimento até 2 salários mínimos – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD

Entre 2002 e 2005 o percentual de pessoas ocupadas no Ceará e que auferiam rendimentos até dois salários mínimos apresentou uma elevação de 4,5%. Para a região metropolitana de Fortaleza esse aumento proporcional foi de 9,2% (Gráfico 13).

No caso cearense, essa performance representa um avanço, pois a elevação do percentual da população ocupada com rendimento até dois salários mínimos vem se dando no mesmo período em que a participação de trabalhadores ocupados sem rendimento vem se reduzindo, excetuando-se o aumento ocorrido entre os anos de 2004 e 2005. Vale ressaltar que, muito provavelmente, o aumento do número de pessoas ocupadas sem rendimento entre 2004 e 2005 pode ter sido

motivado por um maior fluxo de indivíduos transitando da inatividade para ocupação (formal ou informal).

Todavia, conforme estes dados, mais pessoas conseguiram obter ocupações remuneradas no Estado, o que é significativo, principalmente ao se constatar que o salário mínimo vem ganhando poder de compra real nos últimos anos, segundo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

6 CONCENTRAÇÃO DE RENDA E POBREZA

No que se refere à distribuição de renda, são apresentadas nos gráficos 14A e 14B a seguir, a evolução do índice de Gini¹, com renda² domiciliar e familiar *per capita*, respectivamente. Podemos perceber que o Estado do Ceará apresenta uma redução desse índice no período analisado, em ambos os índices, seguindo a tendência nacional e da região Nordeste.

Entretanto, quando se compara estes índices em 2004 e 2005 com valores dos anos imediatamente anteriores, percebe-se que há uma elevação na desigualdade de renda, quebrando a tendência observada no Brasil e na região Nordeste, além da tendência temporal do próprio Estado.

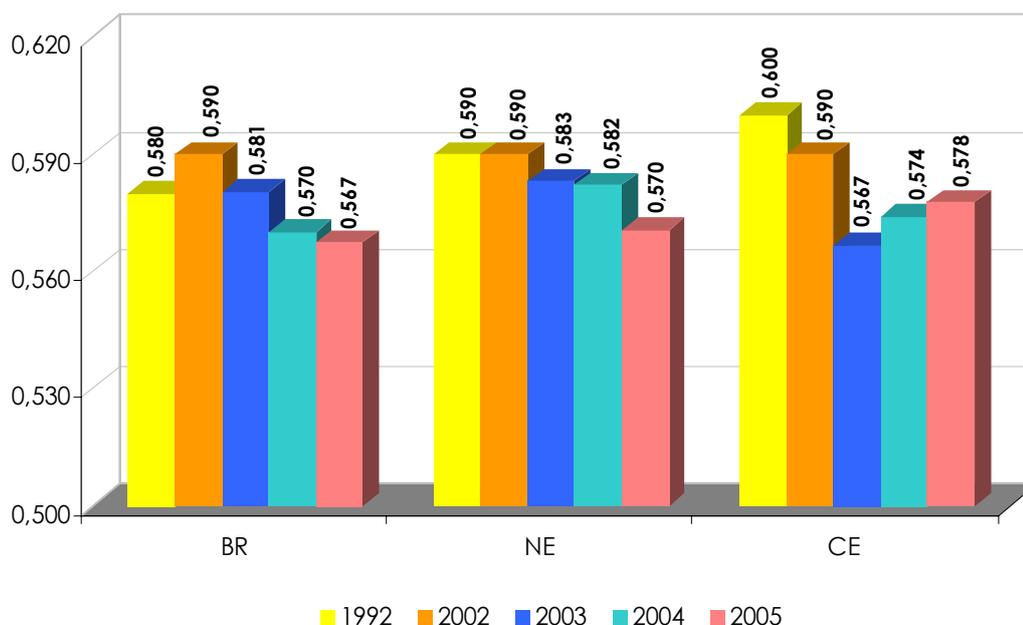
O índice de Gini com renda domiciliar per capita no Estado do Ceará, apresentado no gráfico 14A, caiu de 0,600 em 1992 para 0,578 em 2005,

¹ Para mais detalhes sobre o cálculo do índice de Gini, ver Nota Técnica do IPECE, nº. 14.

² Para efeitos de comparação, no presente estudo, considerou-se dois tipos de renda: a familiar e domiciliar (exclusive o rendimento de pensionistas, empregados domésticos, e parentes dos empregados domésticos). Além disso, a renda domiciliar per capita é vista como uma aproximação da renda familiar per capita, dado que em um domicílio pode haver mais de uma família.

resultando em uma redução de 3,7% no período, superior às reduções verificadas na região Nordeste (3,3%) e no Brasil (2,2%).

Gráfico 14A: Índice de Gini (Renda Domiciliar per capita) – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005

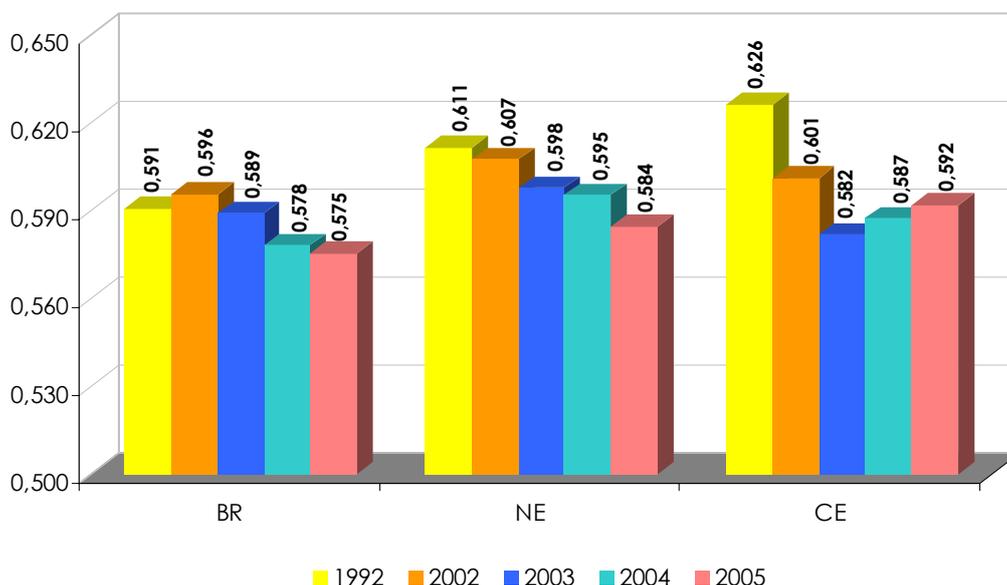


Fonte: IBGE/PNAD

A queda mais expressiva da desigualdade no Ceará foi observada em 2003 quando o índice de Gini se situou em 0,567, se situando abaixo inclusive da média nacional e do Nordeste naquele ano. No entanto, nos anos seguintes essa tendência de queda não se manteve, ocorrendo uma ligeira elevação nos anos seguintes.

A evolução do índice de Gini calculado a partir da renda familiar *per capita* é apresentada no Gráfico 14B. Nota-se que este indicador apresenta níveis mais elevados do que o calculado com a renda domiciliar *per capita*. Essa diferença de níveis se deve ao fato do Gini ser um índice bastante sensível a mudanças na distribuição dos valores de renda *per capita*.

Gráfico 14B: Índice de Gini (Renda Familiar per capita) – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



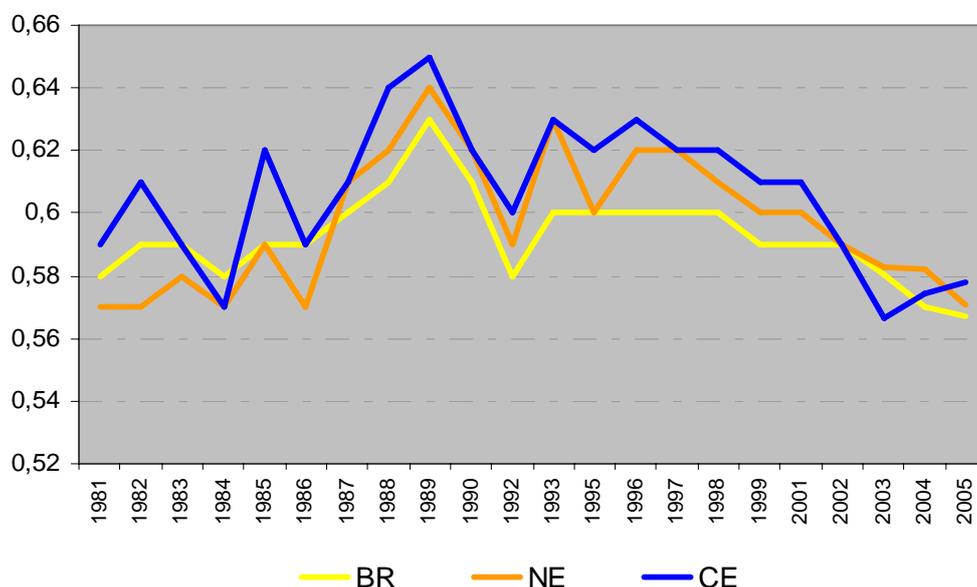
Fonte: IBGE/PNAD

Entretanto, o Gini calculado a partir da renda familiar *per capita*, mesmo quando se considera a renda domiciliar *per capita*, apresenta uma tendência de queda, no curto e longo prazo, para Brasil e Nordeste. Contudo, apesar da significativa queda ocorrida entre 2002 e 2003 para o Ceará, também se verificou uma variação positiva da desigualdade de renda entre os anos de 2003 e 2005 no Estado.

Essa tendência pode ser melhor observada no Gráfico 15, onde é apresentada a evolução do índice de Gini com renda domiciliar *per capita*, a partir de 1981.

Nota-se que o índice de Gini no estado do Ceará segue, em geral, a mesma tendência observada na região Nordeste e no Brasil. No entanto, em alguns anos essa tendência não é seguida, como nos últimos dois anos da série, em que o estado do Ceará apresenta uma desigualdade de renda crescente, enquanto a região Nordeste e o Brasil como um todo seguem uma tendência declinante.

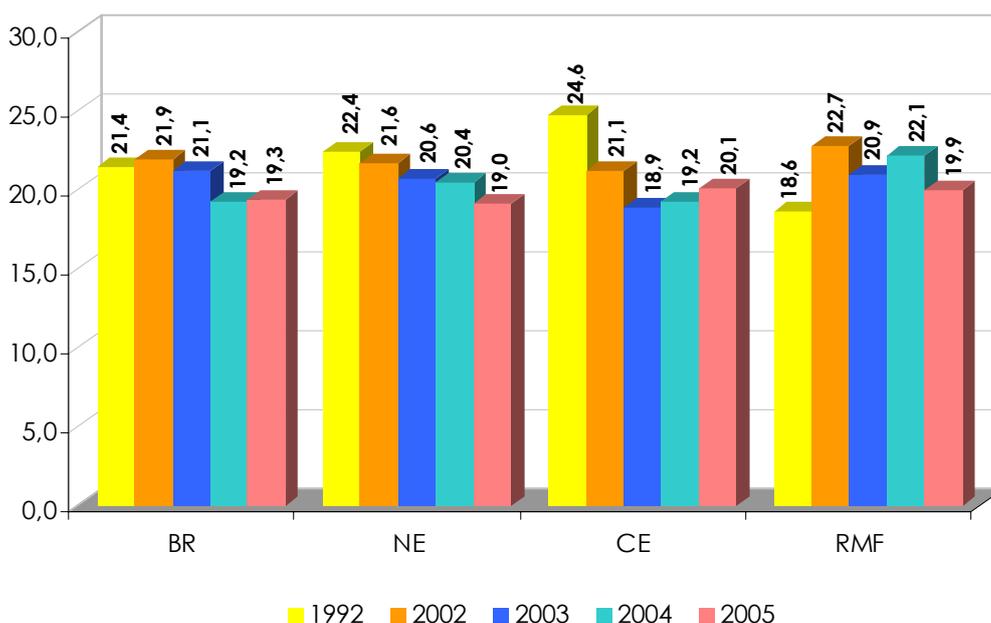
Gráfico 15: Evolução do Índice de Gini – Brasil, Nordeste e Ceará – 1981/2005



Fonte: IBGE/PNAD

Um outro indicador de desigualdade de renda é a razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população.

Gráfico 16: Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005

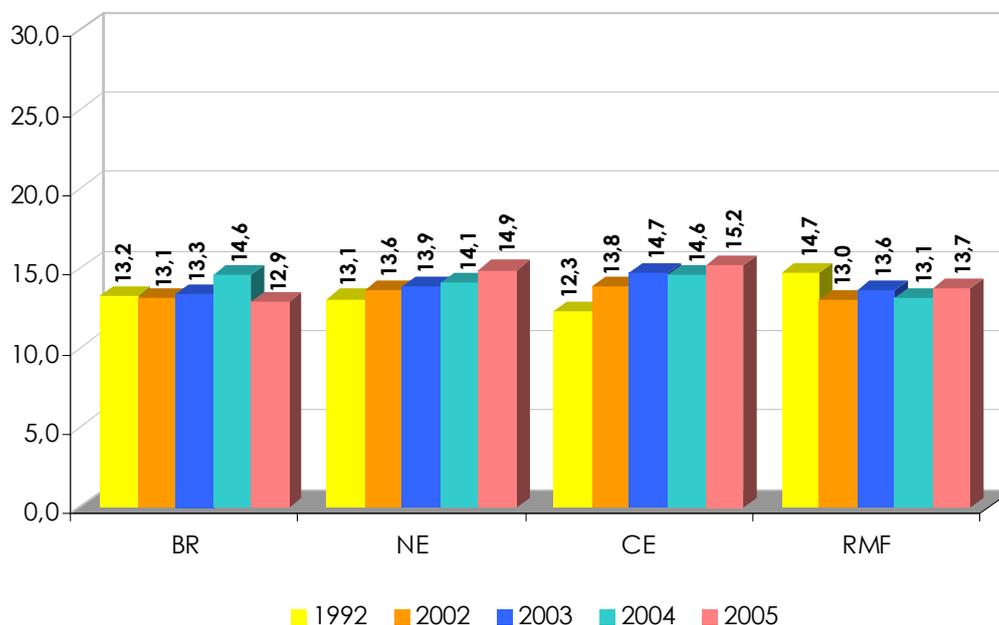


Fonte: IBGE/PNAD

Este indicador, apresentado no Gráfico 16, segue a mesma tendência do índice de Gini. Observa-se uma tendência decrescente na concentração de renda em todas as regiões analisadas, com exceção do Estado do Ceará e a RMF, que apresentam elevações nesse indicador em 2004, com a tendência crescente continuando em 2005 no Ceará.

Ainda no que diz respeito à distribuição de renda, o Gráfico 17 apresenta a evolução da proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres entre 1992 e 2005. Nota-se que há uma elevação consistente na proporção de renda apropriada pelos mais pobres no Estado do Ceará no período em consideração, seguindo a tendência de crescimento observada na região Nordeste e divergindo das evoluções decrescentes observadas no Brasil e na RMF.

Gráfico 17: Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



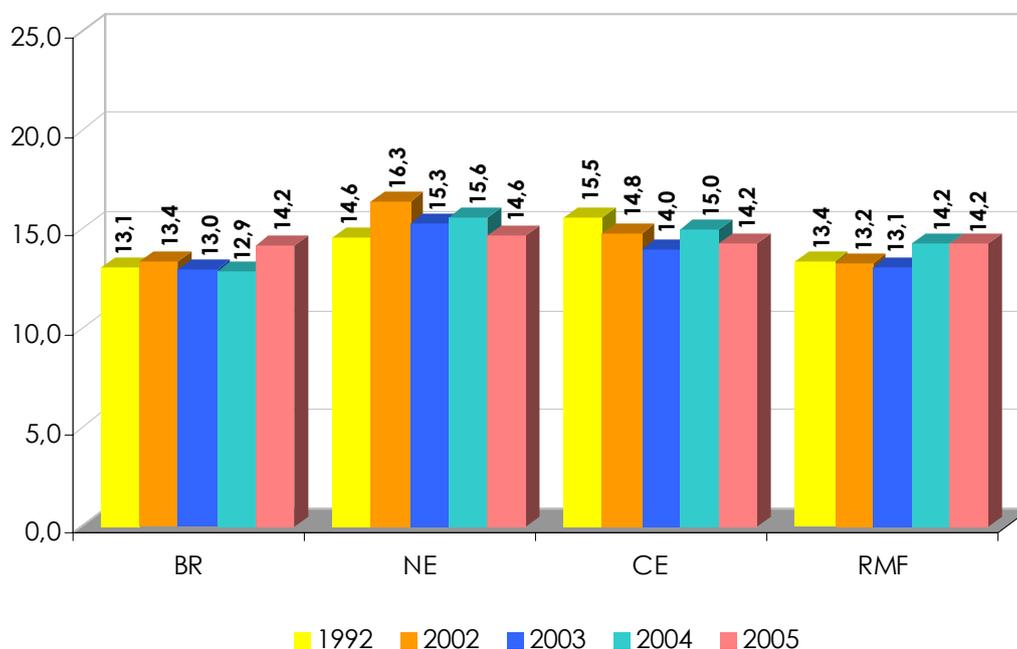
Fonte: IBGE/PNAD

Deve-se destacar, ainda, que o Estado do Ceará apresentou o maior crescimento em termos proporcionais neste indicador no período

compreendido entre 1992 e 2005, com a renda apropriada pelos 50% mais pobres evoluindo em 23,86%, elevação esta, bem superior às apresentadas pelo Nordeste (17,87%), Brasil (-2,28%) e RMF (-6,64%).

Um outro indicador que avalia a distribuição de renda é a proporção de renda apropriada pelas pessoas 1% mais ricas da população. A evolução deste indicador pode ser observada no Gráfico 18. Observando-se este gráfico nota-se claramente que o Estado do Ceará é a única região considerada que apresenta redução deste indicador no período entre 1992 e 2005, com queda proporcional de 8,5%. Quando se compara os valores em 2005 com os anos de 2004 e 2002, somente o Ceará e a região Nordeste apresentam queda na participação da renda apropriada pelos indivíduos 1% mais ricos.

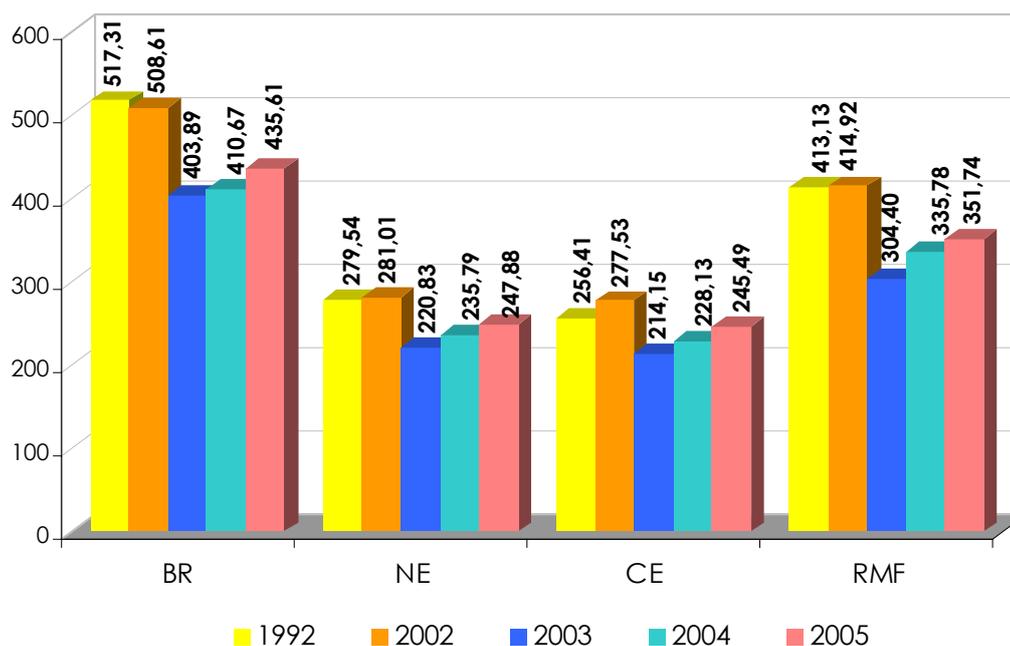
Gráfico 18: Proporção da renda apropriada pelas pessoas 1% mais ricas – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD

No Gráfico 19A é apresentada a evolução da renda média domiciliar *per capita* em valores reais (09/2005 = 100) nos anos de 1992, e entre 2002 e 2005. Observa-se uma redução dos níveis de renda domiciliar real no Estado do Ceará em 2005, quando se compara com os valores de 1992 e 2002, assim como na RMF, seguindo a tendência de queda de renda existente na região Nordeste e no Brasil como um todo. Entretanto, observa-se que em todas as regiões ocorre uma recuperação gradativa da renda real, não sendo suficiente, no entanto, para recuperar os níveis de 2002.

Gráfico 19A: Renda domiciliar *per capita* real - Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD

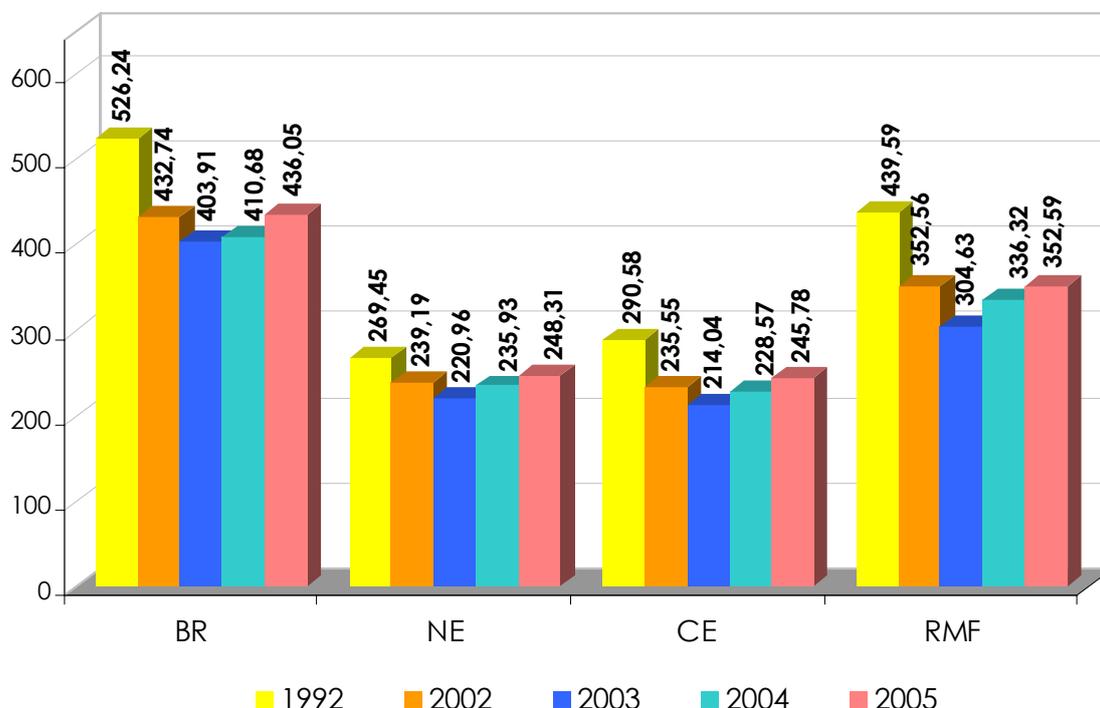
Nota: Deflator: INPC/IBGE (09/2005 = 100)

Mesmo com essa perda de rendimento verificada em todas as regiões, vale destacar que o Estado do Ceará consegue a melhor recuperação, com a menor redução de renda domiciliar *per capita* real entre 1992 e 2005 (-4,26%), e entre 2002 e 2005 (-11,5%). Este melhor desempenho relativo é confirmado ao se observar as variações ocorridas entre 2004 e

2005. O Ceará apresentou um ganho na renda familiar real *per capita* em termos relativos de 7,6%, sendo o melhor desempenho dentre as quatro áreas espaciais consideradas, visto que esta variável obteve um acréscimo de 6,07% no Brasil, 5,13% na região Nordeste e 4,75% na RMF.

Quando se considera a evolução da renda familiar *per capita* (Gráfico 19B) observa-se uma tendência de longo prazo semelhante àquela verificada para renda domiciliar per capita (Gráfico 19A). No entanto, fica claro que, diferentemente da renda domiciliar, a recuperação ocorrida nos últimos anos foi suficiente para recompor os níveis de renda real de 2002 após a queda verificada em 2003 em decorrência da recessão naquele ano.

Gráfico 19B: Renda familiar *per capita* real - Brasil, Nordeste, Ceará e RMF 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



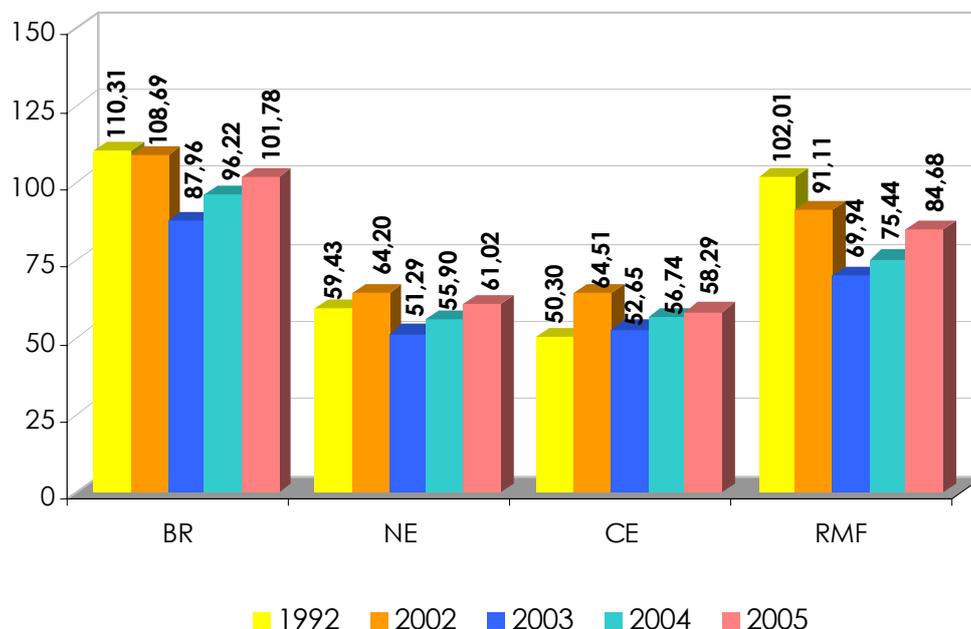
Fonte: IBGE/PNAD

Nota: Deflator: INPC/IBGE (09/2005 = 100)

No que tange aos 40% mais pobres, o Gráfico 20A mostra a evolução da renda domiciliar *per capita* real para o Brasil, Nordeste, Ceará e RMF. Como é possível observar, entre os anos de 1992 e 2003, houve uma redução drástica na renda familiar *per capita* real dos indivíduos que compõem a parcela dos 40% mais pobres, tanto a nível local, como a nível regional e nacional. Nos anos seguintes, de 2003 a 2005, observa-se uma recuperação real do poder aquisitivo das famílias pobres, da mesma maneira como foi verificado para a população total.

No caso do Ceará, a variação proporcional nesse índice foi de aproximadamente 3,0% (2004 – 2005). Contudo, essa recuperação da renda domiciliar *per capita* real dos 40% mais pobres foi bem inferior ao observado para o total da população, 7,6%.

Gráfico 20A: Renda domiciliar *per capita* real dos 40% mais pobres – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



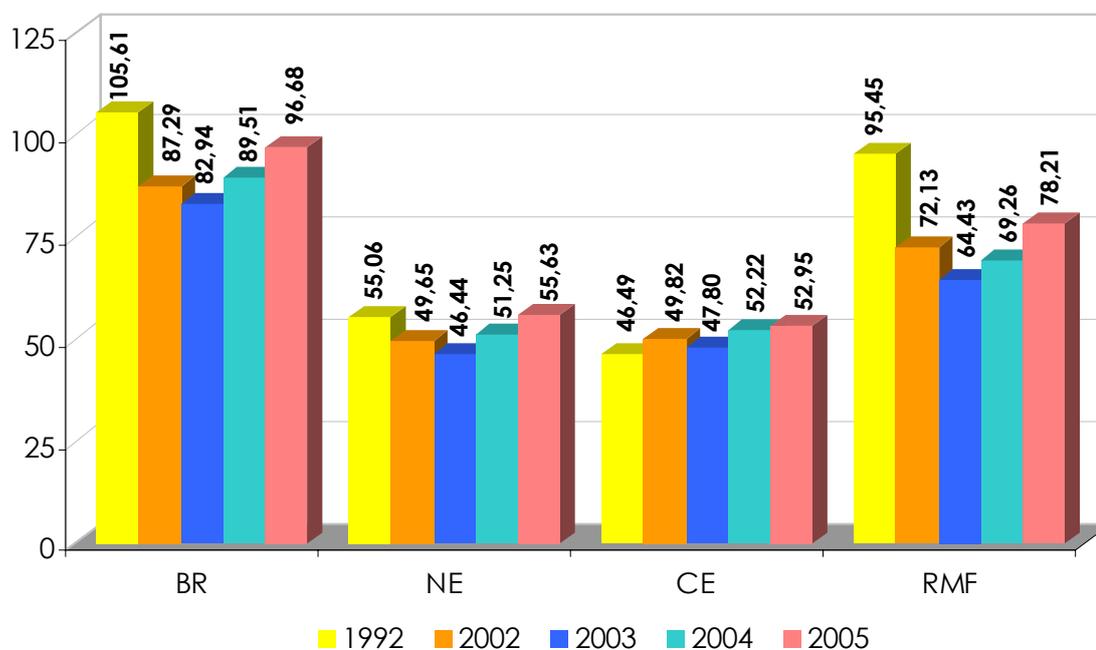
Fonte: IBGE/PNAD

Nota: Deflator: INPC/IBGE (09/2005 = 100)

Essa elevação de renda domiciliar *per capita* em termos reais pode estar indicando uma melhora nos indicadores de pobreza, visto que as famílias próximas à linha de pobreza, ao melhorar seu poder aquisitivo, muito provavelmente sairão desta condição.

Quando se considera a renda familiar *per capita* dos 40% mais pobres, apresentada no gráfico 20B, mais uma vez a tendência de longo prazo apresenta uma trajetória similar à evolução da renda domiciliar *per capita* dos 40% mais pobres. A diferença mais evidente diz respeito à evolução nos últimos anos, onde os níveis de renda observados em 2005 demonstram que a recuperação ocorrida nos últimos anos foi suficiente para recompor os níveis de renda de 2002, após a queda verificada em 2003.

Gráfico 20B: Renda familiar *per capita* real dos 40% mais pobres – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 2002, 2003, 2004 e 2005



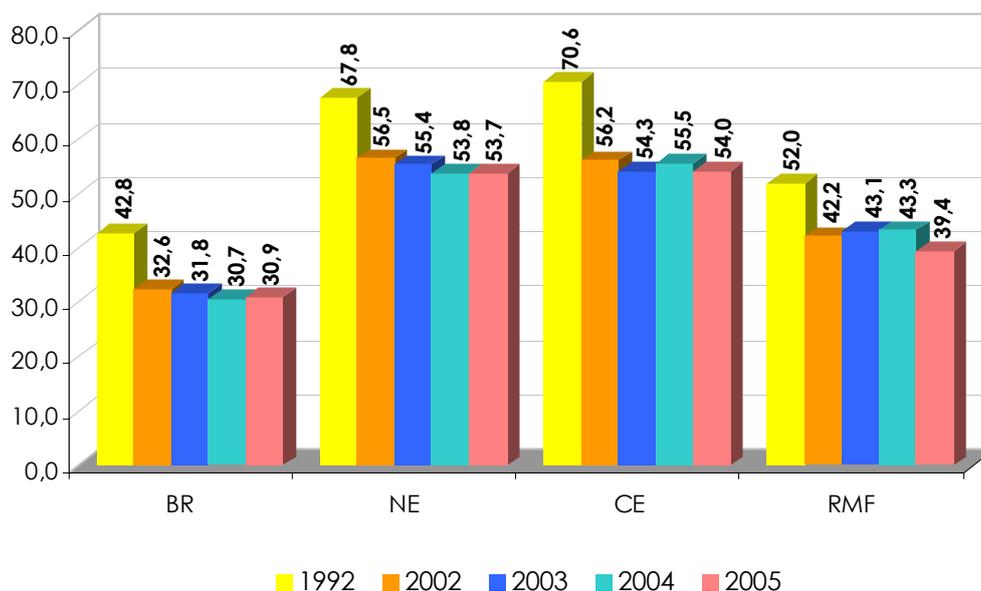
Fonte: IBGE/PNAD

Nota: Deflator: INPC/IBGE (09/2005 = 100)

Vale ressaltar que, em 2005, o Estado do Ceará foi a única região a recuperar, em termos reais, os valores da renda familiar per capita em relação aos anos de 1992 (13,89%) e 2002 (6,28%).

O Gráfico 21 mostra a proporção de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, ou seja, aquelas com renda mensal inferior a meio salário mínimo.

Gráfico 21: Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza (em %) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



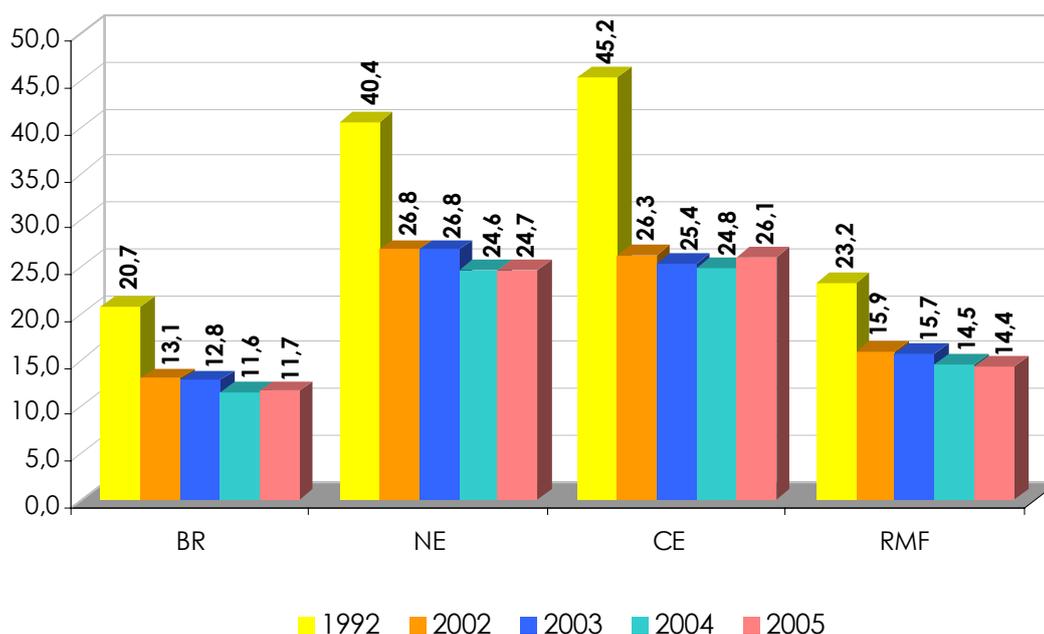
Fonte: IBGE/PNAD

A proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza vem diminuindo continuamente. Contudo, entre 2003 e 2004, o Ceará apresentou um ligeiro aumento relativo na proporção de pobres (2,3%). Ao se contabilizar, porém, o período de 2002 a 2005, observa-se redução proporcional deste indicador em aproximadamente 3,8% (Gráfico 21).

A proporção de pessoas em extrema pobreza, ou seja, aquelas que possuem renda mensal inferior a um quarto do salário mínimo, é outro

importante indicador a ser considerado neste estudo. Mas, como mostra o Gráfico 22, este indicador vem apresentando, entre 1992 e 2005, consideráveis reduções para as quatro áreas espaciais em análise.

Gráfico 22: Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (em %) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD

De 1992 a 2005, o Estado do Ceará conseguiu reduzir expressivamente proporção de pessoas em situação de extrema pobreza. Nesse período, a redução proporcional observada nesse índice foi de 42,29%, sendo superior à alcançada pelo Nordeste (39,0%), mas inferior à redução observada para o Brasil (43,6%). Ainda, entre os anos de 2004 e 2005, registrou-se uma elevação na proporção de famílias na condição de indigência, onde a variação proporcional foi de 5,29%, seguindo a tendência observada para o Nordeste e Brasil (onde a variação proporcional foi de 0,77% e 0,28%, respectivamente).

Esse aumento na proporção de indivíduos em extrema pobreza no Ceará pode ser fruto de uma má distribuição de renda dentro das classes mais pobres. Ou seja, o ganho de poder aquisitivo observado no Gráfico 20 pode ter sido mais intenso apenas para os indivíduos que estão próximos à linha de pobreza em detrimento daqueles que estão próximos à linha de indigência. Nesse sentido, observa-se a redução na proporção de pobres no período entre 2004 e 2005 (Gráfico 21), mas esta redução não é observada para a proporção de indivíduos na situação de extrema pobreza (Gráfico 22). Isso implica que possivelmente os menos pobres estão melhorando sua condição de bem-estar, enquanto os mais pobres estão enfrentando uma situação inversa.

7 COMENTÁRIOS FINAIS

A análise dos indicadores sociais do Estado do Ceará ao longo do tempo evidencia os avanços alcançados pelas políticas públicas implementadas nos últimos anos. Viu-se que tanto em termos absolutos como, principalmente, em termos de performance, o Ceará vem avançando consideravelmente em comparação à região Nordeste e ao Brasil.

Ao observar as condições sociais da população cearense no médio e curto prazos, fica evidenciado que ainda há espaço para o aprofundamento desses avanços, como também para a elaboração de novas políticas públicas destinadas a melhorias das condições de vida da população cearense.

Dentre os indicadores sociais considerados, merecem destaque os avanços significativos alcançados nas áreas da saúde, condições de domicílio, educação e mercado de trabalho. Apesar da elevada proporção de pobres e indigentes no Estado, os indicadores relativos à

concentração de renda e pobreza têm indicado que o Estado do Ceará tem avançado de maneira considerável.

De uma forma geral, conclui-se que as condições sociais no Estado do Ceará avançaram nesse início de milênio. A partir desse diagnóstico, pretende-se privilegiar a formulação e a implementação de políticas públicas adequadas, no sentido de alcançar um maior desenvolvimento social da população cearense, principalmente no que diz respeito ao acesso a serviços públicos de qualidade e maior equidade social.